

3. ed

CURSO

DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL

JÔNATAS LUIZ
MOREIRA DE PAULA

C U R S O

DIREITO
PROCESSUAL
AMBIENTAL

3. ed

CURSO

DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL

JÔNATAS LUIZ
MOREIRA DE PAULA





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2014, D'Plácido Editora.
Copyright © 2014, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Araes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Leticia Robini

Diagramação Leticia Robini

Catálogo na Publicação (CIP)

P324 Paula, Jônatas Luiz Moreira de
Direito processual ambiental : curso / Jônatas Luiz Moreira
de Paula. - 3. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
732 p.

ISBN 978-65-5589-112-6

1. Direito. 2. Direito ambiental. I. Título.

CDD: 341.347

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Aos queridos filhos Jônatas Filho (Jotinha) e Aécio
Neto (Flavinho). Á Rose com todo amor.

Aos jusambientalistas, por possibilitarem um
mundo melhor para as próximas gerações.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	21
APRESENTAÇÃO.....	27
1. DA POLÍTICA AMBIENTAL.....	31
1.1. O Direito Ambiental no mundo globalizado.....	32
1.2. A Proteção Jurídica do Meio Ambiente.....	35
1.3. O Meio Ambiente como bem jurídico.....	37
1.4. A natureza jurídica da proteção ambiental.....	39
1.4.1. O antropocentrismo.....	39
1.4.2. O ecocentrismo.....	43
1.4.3. O utilitarismo ecológico.....	45
1.5. O ciclo virtuoso do Direito Ambiental.....	46
1.6. O sistema nacional de proteção ambiental.....	48
2. DOS BENS AMBIENTAIS JURISDICIONALMENTE PROTEGIDOS.....	51
2.1. A dimensão dos bens ambientais tutelados.....	52
2.1.1. Meio ambiente natural.....	53
2.1.2. Meio ambiente artificial.....	55
2.1.3. Meio ambiente cultural.....	56
2.1.4. Meio ambiente do trabalho.....	57
3. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	59
3.1. Introdução.....	60
3.1.1. As diversas formas de responsabilização ambiental.....	60
3.1.2. A dimensão da Responsabilidade Ambiental.....	61
3.2. Os Sujeitos envolvidos na responsabilidade ambiental.....	62
3.2.1. O poluidor e a regime da solidariedade passiva.....	62

3.2.2.	A vítima.....	66
3.2.3.	Órgãos fiscalizadores.....	68
3.2.4.	Órgãos repressores.....	70
3.3.	O Ilícito Ambiental.....	70
3.3.1.	Noção.....	70
3.3.2.	Dimensões do Ilícito Ambiental.....	74
3.3.3.	Responsabilidade no risco ambiental.....	75
3.3.4.	O risco ambiental e os casos das barragens de rejeitos de minérios.....	77
3.4.	A Conduta.....	79
3.4.1.	Conduta comissiva.....	80
3.4.2.	Conduta omissiva.....	80
3.5.	O Dano Ambiental.....	81
3.5.1.	Noção.....	81
3.5.2.	A dimensão do dano ambiental.....	83
3.5.3.	A prova do dano efetivo ou do risco de dano.....	91
3.6.	O Nexo de Causalidade.....	94
3.7.	A Responsabilidade Objetiva Ambiental.....	95
3.7.1.	Introdução.....	95
3.7.2.	A dimensão da causalidade na responsabilidade objetiva ambiental.....	97
3.7.3.	A responsabilidade objetiva ambiental em virtude do risco integral.....	98
3.7.4.	A responsabilidade objetiva e a distribuição do ônus da prova.....	101
3.8.	A imprescritibilidade do dever de reparação ambiental.....	103
4.	O DEVIDO PROCESSO LEGAL AMBIENTAL.....	109
4.1.	Concepções do Devido Processo Legal.....	110
4.2.	O Devido Processo Substantivo.....	112
4.2.1.	A impossibilidade de a lei fazer um homem juiz de seu próprio caso.....	113
i.	<i>Aplicação da cláusula em questões ambientais.....</i>	114
4.2.2.	Tirando de A e dando para B.....	117
ii.	<i>Aplicação da cláusula em questões ambientais.....</i>	118
4.2.3.	A delegação de poderes.....	120
iii.	<i>Aplicação da cláusula em questões ambientais.....</i>	121
4.2.4.	A interpretação de cláusulas não-econômicas.....	121
iv.	<i>Aplicação da cláusula em questões ambientais.....</i>	122
5.	O DEVIDO PROCESSO LEGAL FORMAL.....	125

5.1.	Concepção do Devido Processo Legal Formal.....	126
5.2.	Princípios Gerais de Interesse Público.....	126
	5.2.1. Princípios de Direito Público.....	127
	5.2.2. Princípios de Direito Administrativo.....	128
5.3.	Princípios Gerais do Direito Ambiental.....	129
	5.3.1. Princípio do Direito à Sadia Qualidade de Vida.....	129
	5.3.2. Princípio do Acesso Equitativo aos Recursos Naturais.....	131
	5.3.3. Princípios do Usuário-Pagador e Poluidor-Pagador.....	132
	<i>i. Princípio do Usuário-Pagador ou da Compensação.....</i>	<i>132</i>
	<i>ii. Princípio do Poluidor-Pagador.....</i>	<i>134</i>
	5.3.4. Princípio da Precaução.....	137
	5.3.5. Princípio da Prevenção.....	140
	5.3.6. Princípio do Limite.....	150
	5.3.7. Princípio da Informação.....	154
	5.3.8. Princípio da Participação.....	156
	<i>i. Introdução.....</i>	<i>156</i>
	<i>ii. O papel do Princípio da Participação.....</i>	<i>158</i>
	<i>iii. Aplicações do Princípio da Participação.....</i>	<i>159</i>
	<i>iv. Manifestação processual do Princípio da Participação.....</i>	<i>160</i>
5.4.	Princípios Específicos do Processo Ambiental.....	162
	5.4.1. Princípio da Máxima Proteção Jurisdicional do Meio Ambiente.....	163
	<i>i. Introdução.....</i>	<i>163</i>
	<i>ii. Conceito.....</i>	<i>164</i>
	<i>iii. Dimensões da Máxima Proteção Jurisdicional do Meio Ambiente.....</i>	<i>164</i>
	<i>iv. A questão da fungibilidade da causa de pedir e do pedido.....</i>	<i>166</i>
	5.4.2. Princípio da Reparação Específica do Meio Ambiente.....	171
	<i>i. Introdução.....</i>	<i>171</i>
	<i>ii. Responsabilidade Ambiental.....</i>	<i>172</i>
	<i>iii. Reparação Específica.....</i>	<i>173</i>
	<i>iv. Dano Ambiental.....</i>	<i>175</i>
	5.4.3. Princípio da Proporcionalidade.....	176
	<i>i. Introdução.....</i>	<i>176</i>
	<i>ii. Desenvolvimento.....</i>	<i>176</i>
	<i>iii. Fundamentos do Princípio da Proporcionalidade.....</i>	<i>181</i>
	<i>iv. Aplicação do Princípio da Proporcionalidade em demandas ambientais.....</i>	<i>182</i>
	5.4.4. Princípio In dubio pro natura.....	191

<i>i. Introdução</i>	191
<i>ii. Aplicação processual</i>	196
6. TUTELA JURISDICIONAL AMBIENTAL.....	197
6.1. Noção.....	198
6.2. A busca pela Tutela Específica.....	198
6.2.1. Introdução.....	198
6.2.2. A reparação não monetizada do dano ambiental.....	200
6.2.3. A inspiração na <i>injunction</i>	201
6.3. Tutela Reintegratória Ambiental.....	203
6.3.1. Tutela Condenatória.....	204
<i>i. Remoção pela sua forma específica</i>	206
<i>ii. Remoção pelo resultado equivalente</i>	207
6.3.2. Tutela Declaratória.....	208
6.3.3. Tutela Constitutiva.....	212
6.3.4. Tutela Desconstitutiva.....	214
6.3.5. Tutela Mandamental.....	215
6.3.6. Tutela Executiva.....	217
6.4. Tutela Inibitória.....	219
<i>i. Introdução</i>	219
<i>ii. A questão da sociedade de risco e o dano futuro</i>	220
<i>iii. A tutela contra o dano futuro</i>	222
<i>iv. O Princípio da Precaução como conteúdo jurídico da tutela inibitória</i>	224
<i>v. A técnica mandamental na tutela inibitória</i>	225
6.5. Tutela Provisória no Novo CPC.....	227
6.5.1. Introdução.....	227
6.5.2. Tutela de Urgência Cautelar e Antecipada, e Tutela de Evidência.....	229
6.5.3. Juízo de Possibilidade e Juízo de Probabilidade.....	232
6.6. Da Tutela Cautelar.....	234
6.6.1. Da medida cautelar preparatória para a lide principal.....	234
6.6.2. Da medida cautelar incidental.....	240
6.7. Da Tutela Antecipada.....	242
6.7.1. Dos requisitos e hipóteses para a tutela antecipada.....	242
6.7.2. Da polêmica estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	246
6.8. Da Tutela de Evidência.....	248
6.9. Tutelas de Urgência pelo modo específico.....	252
6.10. Tutelas de Urgência pelo resultado prático equivalente.....	253

7.	DA AÇÃO AMBIENTAL.....	255
7.1.	Caracterização da Ação Ambiental.....	256
7.2.	Condições da ação ambiental cognitiva.....	257
7.2.1.	Legitimidade.....	258
	<i>i. Legitimidade Ordinária.....</i>	<i>259</i>
	<i>ii. Legitimidade Ordinária fundada em ato particular.....</i>	<i>260</i>
	<i>iii. Legitimidade Ordinária na Ação Popular.....</i>	<i>264</i>
	<i>iv. Legitimidade Extraordinária.....</i>	<i>267</i>
	<i>v. Substituição Processual e Legitimidade Extraordinária.....</i>	<i>270</i>
	<i>vi. Legitimidade passiva.....</i>	<i>276</i>
7.2.2.	Interesse de agir.....	278
	<i>i. Noções gerais.....</i>	<i>278</i>
	<i>ii. Interesse de agir nas tutelas declaratórias sobre questões ambientais.....</i>	<i>280</i>
7.2.3.	Possibilidade Jurídica do Pedido que normativamente se tornou subespécie de interesse processual pelo Novo CPC.....	282
7.3.	Revisão metodológica das condições da ação.....	284
7.4.	Requisitos da petição inicial.....	285
7.4.1.	Considerações gerais.....	285
7.4.2.	Considerações específicas.....	287
8.	DA DEFESA NO PROCESSO AMBIENTAL.....	289
8.1.	Do Direito de Defesa.....	290
8.1.1.	A garantia do Direito de Defesa como preceito programático.....	290
8.1.2.	A Defesa como exercício abstrato de um direito.....	292
8.2.	O Direito de Defesa e os Princípios Processuais.....	293
8.2.1.	Direito de Defesa e o Princípio do Acesso à Justiça.....	293
8.2.2.	Direito de Defesa e o Princípio da Isonomia.....	295
8.2.3.	Direito de Defesa e Princípio da Ampla Defesa.....	296
	<i>i. Ampla defesa no sentido formal.....</i>	<i>296</i>
	<i>ii. Ampla defesa no sentido material.....</i>	<i>298</i>
8.2.4.	Direito de Defesa e Princípio do Contraditório ou da Bilateralidade da Audiência.....	298
8.2.5.	Direito de Defesa e o Princípio da Publicidade.....	300
8.2.6.	Direito de Defesa e o Princípio da Celeridade.....	300
8.2.7.	Direito de Defesa e o Princípio da Assistência Judiciária Gratuita.....	302

8.2.8.	Direito de Defesa e o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	302
8.2.9.	Direito de Defesa e o Princípio do Devido Processo Legal.....	303
8.3.	Meios próprios de exercício de Defesa.....	305
8.3.1.	Contestação.....	306
	<i>i. Noção.....</i>	<i>306</i>
	<i>ii. Exceção e objeção.....</i>	<i>307</i>
	<i>iii. Defesa Indireta e Defesa Direta.....</i>	<i>308</i>
	<i>iv. Tutela jurisdicional na contestação.....</i>	<i>311</i>
8.3.2.	Reconvenção.....	311
	<i>i. Noção.....</i>	<i>311</i>
	<i>ii. Objeto e hipóteses de cabimento.....</i>	<i>313</i>
	<i>iii. Requisitos genéricos da reconvenção.....</i>	<i>313</i>
	<i>iv. Requisitos específicos da reconvenção.....</i>	<i>317</i>
	<i>v. A estreita via da reconvenção nas demandas ambientais.....</i>	<i>323</i>
	<i>vi. O procedimento da reconvenção.....</i>	<i>324</i>
8.4.	Meios impróprios de exercício da Defesa.....	325
8.4.1.	Denúnciação à lide.....	325
8.4.2.	Chamamento ao Processo.....	330
8.4.3.	Integralização e desintegralização de litisconsórcio.....	330
9.	ESTRUTURA PROCESSUAL AMBIENTAL.....	333
9.1.	A Relação Jurídica Processual.....	334
9.1.1.	Noção.....	334
9.1.2.	Concepção transformista do processo.....	336
	<i>i. A instituição do Direito Subjetivo.....</i>	<i>336</i>
	<i>ii. A constituição do Direito Objetivo.....</i>	<i>337</i>
	<i>iii. A materialização da sanção jurídica.....</i>	<i>338</i>
	<i>iv. Eleição e internalização de valores na sanção jurídica.....</i>	<i>339</i>
9.1.3.	Pressupostos Processuais.....	342
9.1.4.	Pressupostos Positivos de Existência.....	344
	<i>i. Existência de uma ação.....</i>	<i>344</i>
	<i>ii. Existência de um órgão jurisdicional.....</i>	<i>345</i>
	<i>iii. Existência de citação válida.....</i>	<i>345</i>
9.1.5.	Pressupostos Positivos de Validade.....	345
	<i>i. Ação apta a ser processada.....</i>	<i>345</i>
	<i>ii. Competência do juiz.....</i>	<i>346</i>
	<i>iii. Imparcialidade do juiz.....</i>	<i>350</i>
	<i>iv. Capacidade processual.....</i>	<i>351</i>
	<i>v. Capacidade postulatória.....</i>	<i>352</i>

9.1.6.	Pressupostos Negativos.....	353
i.	<i>Perempção</i>	353
ii.	<i>Litispêndêcia</i>	354
iii.	<i>Coisa julgada</i>	357
9.2.	Litiscônsôrcio.....	359
9.2.1.	Litiscônsôrcio facultativo.....	359
9.2.2.	Litiscônsôrcio obrigatôrio.....	361
9.2.3.	Litiscônsôrcio simples e unitário.....	362
9.3.	Intervençãõ de Terceiros.....	365
i.	<i>Noçãõ de terceiro</i>	365
ii.	<i>Conceito de Intervençãõ de Terceiro</i>	367
9.3.1.	<i>Assistêcia</i>	368
9.3.2.	<i>Amicus Curiae</i>	370
9.3.3.	<i>Denunciaçãõ à lide</i>	373
9.3.4.	<i>Chamamento ao processo</i>	375
9.4.	Intervençãõ do Ministêrio Pùblico.....	375
9.4.1.	<i>Noçãõ</i>	375
9.4.2.	<i>Fundamento e intervençãõ do Ministêrio Pùblico na açãõ civil pùblica por ele ajuizada</i>	376
9.4.3.	<i>Poderes processuais</i>	377
10.	DIREITO PROBATÓRIO AMBIENTAL.....	379
10.1.	Os fundamentos da prova na demanda ambiental.....	380
10.1.1.	<i>Noçãõ</i>	380
10.1.2.	Fundamentos da prova.....	380
i.	<i>Representaçãõ da verdade justificada</i>	380
ii.	<i>Segurança jurìdica</i>	382
iii.	<i>Legitimaçãõ do processo</i>	383
iv.	<i>Possibilidade de encerramento definitivo da lide</i>	383
10.2.	Princìpios gerais da prova na demanda ambiental.....	384
10.2.1.	Princìpio da Tipicidade.....	384
10.2.2.	Princìpio da Unidade das Provas.....	386
10.2.3.	Princìpio da Vedaçãõ da Proibiçãõ da Obtençãõ de Provas Ilìcitas.....	387
i.	<i>Têoria da Proporcionalidade</i>	389
ii.	<i>A questãõ da prova ilìcita</i>	391
iii.	<i>A prova ilìcita e a demanda ambiental</i>	392
10.2.4.	Princìpio do Respeito Humano.....	394
10.2.5.	Princìpio do Ônus da Prova.....	395
i.	<i>A controversa questãõ da inversãõ do ônus da prova nas demandas ambientais</i>	396

	ii. <i>Uma proposta de inversão do ônus da prova</i>	400
	iii. <i>A carga dinâmica da prova</i>	402
	iv. <i>Momento da inversão do ônus da prova</i>	405
10.2.6.	Princípio da Auto-responsabilidade das Partes.....	406
10.2.7.	Princípio da Eficácia Jurídica da Prova.....	407
10.2.8.	Princípio do Interesse Público da Prova.....	408
10.2.9.	Princípios da Verdade Real e Verdade Formal.....	409
10.2.10.	Princípio da Igualdade de Oportunidades da Prova.....	411
10.2.11.	Princípio da Publicidade.....	411
10.2.12.	Princípio da Contrariedade da Prova.....	412
10.2.13.	Princípio da Persuasão Racional ou Livre Convencimento Fundamentado.....	413
10.3.	Prova Pericial, EIA e RIMA.....	416
10.3.1.	Introdução.....	416
10.3.2.	Prova Pericial.....	417
	i. <i>Noção</i>	417
	ii. <i>Produção da prova pericial</i>	419
	iii. <i>Realização da perícia</i>	423
10.3.3.	EIA e RIMA.....	426
	i. <i>Noção</i>	426
	ii. <i>Posicionamento jurisprudencial</i>	431
	iii. <i>A repercussão probatória do EIA/RIMA</i>	432
	iv. <i>Técnico responsável pelo EIA</i>	433
10.3.4.	AAI-Avaliação Ambiental Integrada.....	434
10.4.	Prova Documental.....	435
10.4.1.	Noção de Documento.....	435
10.4.2.	Noção de Prova Documental.....	436
10.4.3.	A produção da prova documental.....	437
10.4.4.	A eficácia da prova documental.....	437
10.4.5.	A eficácia da prova documental na demanda ambiental.....	442
10.5.	Prova Testemunhal.....	443
10.5.1.	Noção.....	443
10.5.2.	Da produção da prova testemunhal.....	443
10.5.3.	A eficácia probatória da prova testemunhal na demanda ambiental.....	448
10.6.	Depoimento das Partes e Interrogatório.....	451
10.6.1.	Noção.....	451
10.6.2.	A produção probatória do depoimento das partes e do interrogatório.....	452
10.6.3.	A eficácia probatória do depoimento das partes e do interrogatório na demanda ambiental.....	455

10.7.	Inspeção Judicial.....	457
10.7.1.	Noção.....	457
10.7.2.	A produção probatória da inspeção judicial.....	458
10.7.3.	A eficácia probatória da inspeção judicial na demanda ambiental.....	459
10.8.	A relativa eficácia probatória do inquérito civil.....	460
11.	SENTENÇA AMBIENTAL.....	467
11.1.	Noção, elementos e requisitos da sentença.....	468
11.1.1.	Sentença como ato de extinção.....	468
11.1.2.	Decisões terminativas.....	470
11.1.3.	Elementos de existência da sentença.....	471
11.1.4.	Elementos essenciais da sentença.....	473
11.2.	Efeitos da sentença.....	478
11.2.1.	Efeitos imediatos da sentença.....	479
11.2.2.	Efeitos mediatos da sentença.....	480
11.3.	Conteúdo da sentença ambiental.....	481
11.3.1.	A busca pela tutela específica.....	481
11.3.2.	A discricionariedade judicial.....	483
11.3.3.	Os modelos de criação judicial para a proteção ambiental.....	486
	<i>i. Condenatório na forma específica.....</i>	<i>487</i>
	<i>ii. Condenatório na forma ressarcitória.....</i>	<i>490</i>
	<i>iii. Declaratório.....</i>	<i>492</i>
	<i>iv. Constitutivo.....</i>	<i>494</i>
	<i>v. Desconstitutivo.....</i>	<i>494</i>
	<i>vi. Mandamental.....</i>	<i>495</i>
	<i>vii. Executivo Lato Senso.....</i>	<i>498</i>
11.4.	Ampliação dos efeitos mediatos da sentença.....	499
11.4.1.	Efeitos mediatos subjetivamente reflexos.....	500
11.4.2.	Efeitos mediatos objetivamente reflexos.....	502
11.4.3.	Inaplicabilidade da teoria da congruência da sentença na tutela ambiental.....	503
12.	ESTRUTURA PROCESSUAL EXECUTIVA.....	511
12.1.	Título Executivo.....	512
12.1.1.	Noção.....	512
12.1.2.	Espécies de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial.....	513
12.1.3.	Natureza jurídica do Título Executivo e sua aplicação na proteção ambiental.....	514
12.1.4.	Requisitos do Título Executivo.....	517

	<i>i. Certeza</i>	518
	<i>ii. Exigibilidade</i>	519
	<i>iii. Liquidez</i>	520
12.1.5.	Liquidação de sentença.....	520
	<i>i. Noção</i>	520
	<i>ii. Estrutura procedimental</i>	523
	<i>iii. Liquidação por cálculo aritmético</i>	525
	<i>iv. Liquidação por arbitramento</i>	525
	<i>v. Liquidação pelo procedimento comum</i>	526
12.2.	Ação executiva e procedimento de efetivação.....	528
12.2.1.	Noção.....	528
12.2.2.	O <i>ius edictio</i> e a efetivação da tutela ambiental na forma específica.....	529
12.2.3.	Requisitos processuais para a execução.....	531
	<i>i. Legitimidade</i>	531
	<i>ii. Inadimplência e Título Executivo válido</i>	532
	<i>iii. Demonstrativo da evolução contábil do débito</i>	532
	<i>iv. Competência</i>	533
	<i>v. Intervenção do Ministério Público</i>	534
	<i>vi. Procedimento adequado</i>	534
12.3.	Efetivação das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	535
12.3.1.	Noção.....	535
12.3.2.	Formas de cumprimento da obrigação pelo modo específico.....	536
12.3.3.	A produção do resultado prático equivalente.....	537
12.3.4.	Mecanismos de coercitividade.....	538
	<i>i. Noção</i>	538
	<i>ii. Espécies</i>	539
12.4.	Efetivação da Obrigação de Dar Quantia Determinada.....	540
12.4.1.	Noção.....	541
12.4.2.	Liquidação do dano ambiental.....	541
	<i>i. Liquidação da multa</i>	541
	<i>ii. Liquidação do dano ambiental propriamente dito – I</i>	542
	<i>iii. Liquidação do dano ambiental propriamente dito – II</i>	544
12.4.3.	Estrutura procedimental para a efetivação do ressarcimento pecuniário.....	545
	<i>i. Título executivo judicial</i>	545
	<i>ii. Título executivo extrajudicial</i>	546
	<i>iii. Disciplina comum</i>	547
	<i>iv. A questão da execução provisória da sentença</i>	556

12.5.	Efetivação da Obrigação de Entregar Coisa Certa.....	557
12.5.1.	Noção.....	557
12.5.2.	Estrutura procedimental.....	558
	<i>i. Título executivo extrajudicial.....</i>	<i>558</i>
	<i>ii. Título executivo judicial.....</i>	<i>559</i>
12.6.	Outras modalidades de efetivação.....	560
12.6.1.	Tutela Constitutiva.....	560
12.6.2.	Tutela Desconstitutiva.....	560
12.6.3.	Tutela Declaratória.....	561
12.6.4.	Tutela Executiva Lato Senso.....	561
12.6.5.	Tutela Mandamental.....	561
12.7.	Meios de defesa.....	562
12.7.1.	Embargos.....	562
	<i>i. Embargos à Execução.....</i>	<i>562</i>
	<i>ii. Invalidação à Expropriação do Bem.....</i>	<i>565</i>
12.7.2.	Impugnação.....	566
12.7.3.	Objecção de pré-executividade.....	568
13.	RECURSOS EM PROCESSOS AMBIENTAIS.....	571
13.1.	Teoria Geral dos Recursos.....	572
13.1.1.	Noção.....	572
13.1.2.	Princípios relativos aos recursos.....	573
	<i>i. Princípio do duplo grau de jurisdição.....</i>	<i>573</i>
	<i>ii. Princípio da autoridade competente.....</i>	<i>575</i>
	<i>iii. Princípio da taxatividade.....</i>	<i>576</i>
	<i>iv. Princípio da unirrrecorribilidade ou da singularidade ou da unicidade recursal.....</i>	<i>577</i>
	<i>v. Princípio da independência recursal.....</i>	<i>579</i>
	<i>vi. Princípio da fungibilidade recursal.....</i>	<i>579</i>
	<i>vii. Princípio da proibição da reformatio in pejus.....</i>	<i>583</i>
13.2.	Pressupostos recursais genéricos.....	584
13.2.1.	Pressupostos subjetivos/intrínsecos.....	585
	<i>i. Legitimidade.....</i>	<i>585</i>
	<i>ii. Sucumbência.....</i>	<i>586</i>
	<i>iii. Interesse processual.....</i>	<i>587</i>
13.2.2.	Pressupostos objetivos.....	588
	<i>i. Tempestividade.....</i>	<i>588</i>
	<i>ii. Preparo.....</i>	<i>591</i>
	<i>iii. Previsão legal ou cabimento.....</i>	<i>591</i>

	<i>iv. Obediência às formalidades legais e a questão da “jurisprudência defensiva”</i>	592
	<i>v. Inexistência de fato impeditivo do direito ao recurso ou do seguimento do recurso</i>	594
13.3.	Efeitos do recurso.....	595
13.3.1.	Efeitos em razão da interposição do recurso.....	595
	<i>i. Obstar a ocorrência da preclusão ou da coisa julgada sobre a decisão recorrida</i>	595
	<i>ii. Suspensividade</i>	596
13.3.2.	Efeitos em razão da apreciação do recurso.....	598
	<i>iii. Devolutividade</i>	598
	<i>iv. Translatividade</i>	599
13.3.3.	Efeitos em razão do julgamento do recurso.....	601
	<i>v. Conhecimento ou não conhecimento do recurso</i>	601
	<i>vi. Provimento ou não provimento do recurso</i>	602
	<i>vii. Substitutividade</i>	603
	<i>viii. Expansividade</i>	604
13.4.	Recurso Adesivo.....	605
13.4.1.	Noção.....	605
13.4.2.	Pressupostos para o recurso adesivo.....	608
	<i>i. Existência de uma sentença ou de um acórdão</i>	608
	<i>ii. Existência de sucumbência recíproca</i>	608
	<i>iii. Existência de recurso interposto</i>	609
13.4.3.	Requisitos para o recurso adesivo.....	609
	<i>i. Apresentação do recurso adesivo no prazo legal</i>	609
	<i>ii. Apresentação do recurso adesivo perante o juízo a quo</i>	609
	<i>iii. Subordinação ao trâmite do recurso principal</i>	610
13.5.	Espécies recursais.....	610
13.5.1.	Apelação.....	610
	<i>i. Noção</i>	610
	<i>ii. De questões retidas que poderão ser argüidas na apelação</i>	611
	<i>iii. Do pedido de tutela provisória</i>	613
	<i>iv. Procedimento no recurso de apelação</i>	613
	<i>v. A apelação na demanda ambiental</i>	619
13.5.2.	Agravo de instrumento.....	619
	<i>i. O recurso de agravo no CPC de 1973 e no Novo CPC</i>	619
	<i>ii. Hipóteses de agravo de instrumento</i>	620

	<i>iii. Procedimento no recurso de agravo de instrumento</i>	622
	<i>iv. O agravo na demanda ambiental</i>	629
13.5.3.	Agravo Interno.....	629
13.5.4.	Embargos Declaratórios.....	632
13.5.5.	Recurso Ordinário.....	635
13.5.6.	Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	637
	<i>i. Noção e hipóteses de Recurso Extraordinário</i>	637
	<i>ii. Noção e hipóteses de Recurso Especial</i>	639
	<i>iii. Pré-questionamento</i>	640
	<i>iv. Pré-questionamento implícito</i>	642
	<i>v. Da exigência da repercussão geral no REX</i>	643
	<i>vi. Procedimento do REX e do RESP e a proposta de alteração do Novo CPC</i>	646
	<i>vii. Do incidente de REX e RESP repetitivos</i>	651
	<i>viii. Do agravo em REX ou RESP</i>	658
13.5.7.	Agravo Interno e Agravo Regimental.....	660
13.5.8.	Embargos de Divergência.....	661
	<i>i. Noção</i>	661
	<i>ii. Hipóteses</i>	661
	<i>iii. Procedimento</i>	663
13.6.	Dos incidentes nos julgamentos dos recursos e dos processos de competência originária dos Tribunais.....	664
	13.6.1. Da assunção de competência.....	664
	13.6.2. Da argüição de inconstitucionalidade.....	665
	13.6.3. Do conflito de competência.....	667
	13.6.4. Da homologação de sentença estrangeira e da concessão de exequatur à carta rogatória.....	668
	13.6.5. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	669
	13.6.6. Da Reclamação.....	675
14.	COISA JULGADA AMBIENTAL.....	681
	14.1. Noção e fundamentos de coisa julgada.....	682
	14.2. Efeitos e espécies de coisa julgada.....	686
	<i>i. Coisa julgada material</i>	687
	<i>ii. Coisa julgada formal</i>	687
	14.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	688
	14.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	689
	14.5. Impugnações à coisa julgada.....	693
	14.5.1. Regra geral: a intangibilidade da coisa julgada.....	693
	14.5.2. O efeito preclusivo da coisa julgada.....	697

	<i>i. Noção</i>	697
	<i>ii. Condições para aplicação da norma</i>	698
14.5.3.	Ação Rescisória.....	699
	<i>i. Noção</i>	699
	<i>ii. Histórico</i>	700
	<i>iii. Hipóteses</i>	703
	<i>iv. Condições da ação e do ajuizamento da ação</i>	704
	<i>v. Procedimento</i>	709
14.5.4.	Superveniente incompatibilidade com a Constituição Federal.....	712
14.5.5.	Relativização da coisa julgada material.....	713
	<i>i. Incidência de direitos indisponíveis</i>	713
	<i>ii. Descoberta de novos métodos científicos</i>	714
	<i>iii. A relativização da coisa julgada em demandas ambientais</i>	717

REFERÊNCIAS.....	719
------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

AAI.....	Avaliação Ambiental Integrada.
ADI.....	Ação Direta de Inconstitucionalidade.
Agr.....	Agravo.
Agr. Reg.....	Agravo Regimental.
AgRg no Ag.....	Agravo Regimental no Agravo de Instrumento.
AgRg no AREsp.....	Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial.
AgRg na SLS.....	Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e de Sentença.
A.I.....	Agravo de Instrumento.
APA.....	Área de Proteção Ambiental.
Apel. Civ.....	Apelação Cível.
Apn.....	Ação penal.
BACEN.....	Banco Central do Brasil.
CADE.....	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CC.....	Código Civil.
Cc.....	Conflito de Competência.
CCiv.....	Câmara Cível.
CDC.....	Código de Defesa do Consumidor.
CDPriv.....	Câmara de Direito Privado.
CDPub.....	Câmara de Direito Público.

CE.....	Corte Especial.
CEMA	Câmara Especial de Meio Ambiente.
CF.....	Constituição da República Federativa do Brasil.
CLT.....	Consolidação das Leis do Trabalho.
CMMAD.....	Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento.
CONAMA.....	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CO2.....	Dióxido de carbono.
CP.....	Código Penal.
CPC.....	Código de Processo Civil.
CPP.....	Código de Processo Penal.
D.E.....	Diário Eletrônico.
Des.....	Desembargador.
DJ.....	Diário da Justiça.
DJU.....	Diário da Justiça da União.
DOU.....	Diário Oficial da União.
EDcl.....	Embargos Declaratórios.
EDcl no RESP.....	Embargos Declaratórios no Recurso Especial.
ECA.....	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ECO/92.....	Declaração do Rio de Janeiro de 1992.
EIA.....	Estudo de Impacto Ambiental.
Emb. Decl.....	Embargos de Declaração.
Emb. Infr.....	Embargos Infringentes.
EUA.....	Estados Unidos da América.
G8.....	Grupo dos 7 países mais ricos do mundo (Estados Unidos da América, Alemanha, Reino Unido, França, Japão, Itália e Canadá) mais a Rússia.
GCiv.....	Grupo Cível.

GPS.....	Global Position System.
HC.....	Habeas Corpus.
IAP.....	Instituto Ambiental do Paraná.
ICMS.....	Imposto Sobre Circulação, Mercadorias e Serviços.
IBAMA.....	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBDP.....	Instituto Brasileiro de Direito Processual.
IES.....	Instituições de Ensino Superior.
Inq-QO.....	Questão de ordem em inquérito.
IPCC.....	Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental de Mudança Climática).
j.....	juízo.
LICC.....	Lei de Introdução ao Código Civil.
Min.....	Ministro.
MC.....	Medida Cautelar.
MMA.....	Ministério do Meio Ambiente.
MS.....	Mandado de Segurança.
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil.
OGMs.....	Organismos geneticamente modificados.
OMM.....	Organização Mundial de Meteorologia.
ONGs.....	Organizações Não Governamentais.
ONU.....	Organização das Nações Unidas.
Órg. Esp.....	Órgão Especial.
p.....	página.
PET.....	Polietileno Tereftalato.
PNUMA.....	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
RAS.....	Relatório Ambiental Simplificado.
Reex. Nec.....	Reexame Necessário.

Reg.....	Registro.
Rel.....	relator.
RESP.....	Recurso Especial.
REX.....	Recurso Extraordinário.
RHC.....	Recurso em Habeas Corpus.
RIMA.....	Relatório de Impacto Ambiental.
RJ.....	Revista Jurídica.
RT.....	Revista dos Tribunais.
RTJ.....	Revista Trimestral de Jurisprudência.
S.....	Seção.
SISNAMA.....	Sistema Nacional do Meio Ambiente.
SQA.....	Secretaria de Qualidade Ambiental.
STF.....	Supremo Tribunal Federal.
STJ.....	Superior Tribunal de Justiça.
T.....	Turma.
TAC.....	Termo de Ajustamento de Conduta.
Trib. Pleno.....	Tribunal Pleno.
1º TACivSP.....	Primeiro Tribunal de Alçada Cível de São Paulo.
2º TACivSP.....	Segundo Tribunal de Alçada Cível de São Paulo.
TACrimSP.....	Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo.
TAPR.....	Tribunal de Alçada do Paraná.
Tbé.....	Também.
TJ.....	Tribunal de Justiça.
TJBA.....	Tribunal de Justiça da Bahia.
TJGO.....	Tribunal de Justiça de Goiás.
TJMG.....	Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
TJPR.....	Tribunal de Justiça do Paraná.
TJRJ.....	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

TJRN.....	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
TJRO.....	Tribunal de Justiça de Rondônia.
TJRS.....	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
TJSP.....	Tribunal de Justiça de São Paulo.
TER.....	Tribunal Regional Eleitoral.
TReCiv.....	Turma Recursal Cível.
TRF.....	Tribunal Regional Federal.
TRT.....	Tribunal Regional do Trabalho.
TST.....	Tribunal Superior do Trabalho.
ZEI.....	Zonas Estritamente Industriais.

APRESENTAÇÃO

1.

A questão da defesa ambiental no Brasil sempre esteve na história do Brasil. Desde as Ordenações Filipinas, passando pela legislação imperial e republicana, até culminar na Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81. Mas, verdadeiramente, a questão da defesa ambiental brasileira se tornou um tema presente na ordem jurídica com a promulgação da Constituição Federal, cujo artigo 225 deu o devido contorno jurídico do tema, e mais recentemente por conta da divulgação dos quatro relatórios do IPCC acerca do aquecimento global, quando se estabeleceu a proteção ambiental como questão de política pública.

Desde a década de 1990 surgiram inúmeras e boas obras que tratam do Direito Ambiental. Mas esse trato se limitava ao “direito material ambiental”, quando versava sobre a regulação jurídica da questão ambiental, a aferição da responsabilidade ambiental e as conseqüências dela oriundas.

Neste aspecto, a doutrina brasileira foi pródiga em dimensionar a questão ambiente sob o enfoque ecológico (meio ambiente natural), artificial (desenvolvimento urbanístico), cultural (diversidade racial, lingüística e religiosa) e do trabalho (condições de exercício da atividade laborativa). Não se limitou a dimensionar a questão ambiental ao meio ambiente ecológico, como sói acontecer em alguns países.

2.

Porém, a doutrina ambiental material ficou tímida ao ingressar na análise processual da proteção judicial do meio ambiente. Isso gerou

uma conseqüência que justifica esta obra: grosso modo, não se pode resumir a proteção jurisdicional do meio ambiente à análise da ação civil pública, da ação popular, da legitimidade extraordinária, da sentença e da coisa julgada. Sem sombra de dúvida, tais elementos são de primordial importância, mas não conseguem ser essenciais.

Se torna evidente que a proteção jurisdicional do meio ambiente há de exigir a análise da tutela jurisdicional específica e adequada para a remoção da ameaça/ilicitude/dano ambiental, da possibilidade de outras formas de ação protetiva do meio ambiente, dentre as quais a iniciativa do indivíduo fora do âmbito da ação popular, as condições gerais da ação, os elementos da ação e a questão da fungibilidade da causa de pedir e do pedido, a defesa no processo ambiental, o desenvolvimento da relação processual na demanda ambiental e a questão da litispendência e da intervenção de terceiros, a produção de provas e a necessária inversão do ônus da prova, o conteúdo da sentença ambiental, o desenvolvimento do processo de execução e do processo cautelar, a importância do processo cautelar e, enfim, o enfrentamento do espinhoso tema da relativização da coisa julgada ambiental.

3.

Portanto, pode-se afirmar que há *um* Direito Processual Ambiental, instituído e estruturado legítima e validamente para impor a proteção ambiental na sua forma específica.

O Direito Processual Ambiental delineado nesta obra não se confunde com o processo administrativo e nem com o processo penal. De igual forma, o Direito Processual Ambiental estruturado nesta obra não visa a imposição da responsabilidade civil, porque esta ainda está diretamente associada com a reparação monetizada do dano. É preciso e imperioso, e a obra se preocupou com isto, estruturar uma relação processual apta a impor a tutela jurisdicional específica para remover a ameaça/ilicitude/dano ambiental ou por seu resultado prático equivalente.

Daí a necessidade de se estruturar um processo apto a conceder tutela jurisdicional reparatória ou inibitória ambiental.

4.

Essas questões podem ser reunidas e sintetizadas num princípio – Máxima Proteção Jurisdicional do Meio Ambiente – que a obra apresenta à comunidade acadêmica para a devida apreciação e crítica.

Tal princípio revela essencialmente a preocupação e a justificativa da obra: a necessidade de se estruturar especificadamente um Direito Processual Ambiental, apto a efetivar na sua forma específica a proteção do meio ambiente.

5.

Por fim, não poderia deixar de relatar um infeliz fato. Esta obra já era para ter sido concluída em 2007. Mas isto não foi possível em virtude de roubo sofrido em minha residência, em pleno domingo a tarde do dia 22 de abril de 2007, quando foi levado o laptop com o arquivo de reserva da obra, que na época continha 210 páginas.

Foi, então, necessário recomençar a confecção da obra do “zero” (literalmente). E cerca de 15 meses depois, chegou-se à conclusão.

Por ser apenas isto no momento, deseja-se uma boa leitura.

Jônatas Luiz Moreira de Paula

Cambé (Região Metropolitana de Londrina), dezembro de 2008.

jlmp@onda.com.br

1. DA POLÍTICA AMBIENTAL

O Direito Ambiental no mundo globalizado • A Proteção Jurídica do Meio Ambiente • O Meio Ambiente como bem jurídico • A natureza jurídica da proteção ambiental • O ciclo virtuoso do Direito Ambiental • O sistema nacional de proteção ambiental

2. DOS BENS AMBIENTAIS JURISDICIONALMENTE PROTEGIDOS

A dimensão dos bens ambientais tutelados

3. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Introdução • Os Sujeitos envolvidos na responsabilidade ambiental • O Ilícito Ambiental • A Conduta • O Dano Ambiental • O Nexo de Causalidade • A Responsabilidade Objetiva Ambiental • A imprescritibilidade do dever de reparação ambiental

4. O DEVIDO PROCESSO LEGAL AMBIENTAL

Concepções do Devido Processo Legal • O Devido Processo Substantivo

5. O DEVIDO PROCESSO LEGAL FORMAL

Concepção do Devido Processo Legal Formal • Princípios Gerais de Interesse Público • Princípios Gerais do Direito Ambiental • Princípios Específicos do Processo Ambiental

6. TUTELA JURISDICIONAL AMBIENTAL

Noção • A busca pela Tutela Específica • Tutela Reintegratória Ambiental • Tutela Inibitória • Tutela Provisória no Novo CPC • Da Tutela Cautelar • Da Tutela Antecipada • Da Tutela de Evidência • Tutelas de Urgência pelo modo específico • Tutelas de Urgência pelo resultado prático equivalente

7. DA AÇÃO AMBIENTAL

Caracterização da Ação Ambiental • Condições da ação ambiental cognitiva • Revisão metodológica das condições da ação • Requisitos da petição inicial

8. DA DEFESA NO PROCESSO AMBIENTAL

Do Direito de Defesa • O Direito de Defesa e os Princípios Processuais • Meios próprios de exercício de Defesa • Meios impróprios de exercício da Defesa

9. ESTRUTURA PROCESSUAL AMBIENTAL

A Relação Jurídica Processual • Litisconsórcio • Intervenção de Terceiros • Intervenção do Ministério Público

10. DIREITO PROBATÓRIO AMBIENTAL

Os fundamentos da prova na demanda ambiental • Princípios gerais da prova na demanda ambiental • Prova Pericial, EIA e RIMA • Prova Documental • Prova Testemunhal • Depoimento das Partes e Interrogatório • Inspeção Judicial • A relativa eficácia probatória do inquérito civil

11. SENTENÇA AMBIENTAL

Noção, elementos e requisitos da sentença • Efeitos da sentença • Conteúdo da sentença ambiental • Ampliação dos efeitos mediatos da sentença

12. ESTRUTURA PROCESSUAL EXECUTIVA

Título Executivo • Ação executiva e procedimento de efetivação • Efetivação das Obrigações de Fazer e Não Fazer • Efetivação da Obrigação de Dar Quantia Determinada • Efetivação da Obrigação de Entregar Coisa Certa • Outras modalidades de efetivação • Meios de defesa

13. RECURSOS EM PROCESSOS AMBIENTAIS

Teoria Geral dos Recursos • Pressupostos recursais genéricos • Efeitos do recurso • Recurso Adesivo • Espécies recursais • Dos incidentes nos julgamentos dos recursos e dos processos de competência originária dos Tribunais

14. COISA JULGADA AMBIENTAL

Noção e fundamentos de coisa julgada • Efeitos e espécies de coisa julgada • Limites objetivos da coisa julgada • Limites subjetivos da coisa julgada • Impugnações à coisa julgada

INDICADO PARA OS CURSOS:

DIREITO

RECOMENDADO A:

PROFESSORES

ALUNOS

PROFISSIONAIS

